



CONDIÇÃO DE TRABALHO E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

WORKING CONDITIONS AND THE POSSIBLE IMPLICATIONS IN CONSTRUCTING THE MEANINGS OF UNIVERSITY TEACHING

37

CONDICIONES DE TRABAJO Y LAS POSIBLES IMPLICACIONES EN LA CONSTRUCCIÓN DE LOS SENTIDOS DE LA DOCENCIA UNIVERSITARIA

Rita Silvana Santana dos Santos¹
Gabriela Cristine Rosa Andrade²

Resumo: Esse ensaio apresenta reflexões sobre a relação entre o sentido atribuído à docência universitária pública e o mundo do trabalho contemporâneo. Considerando o resultado da revisão bibliográfica, optamos por enfatizar os aspectos do contexto universitário público, as ideias acerca do trabalho e possíveis implicações para a compreensão do sentido da docência e a/o docente como trabalhador, destacando aspectos referentes à identificação, sentidos e significados. Nessa perspectiva, o sentido atribuído ao trabalho é tido como uma ação política cuja decisão envolve aspectos subjetivos e objetivos, individuais e coletivos, e é resultado de relações desejadas, necessárias e possíveis diante do contexto vivido.

Palavras-chave: Trabalho. Sentido do trabalho. Docência universitária. Educação Superior Pública.

Abstract: This essay presents some reflections about the meaning of work in university teaching, in a context permeated by changes. Considering the result of the literature review, we chose to emphasize aspects of the public university context, ideas about work and possible implications for understanding the meaning of teaching and the teacher as a worker highlighting aspects related to identification, senses and meanings. From this perspective, the meaning attributed to work is seen as a political action whose decision involves subjective and objective, individual and collective aspects, and is the result of desired, necessary and possible relationships in the context experienced.

Keywords: Work. Meaning of work. University teaching. Public Higher Education.

Resumen: Este ensayo presenta reflexiones sobre el significado del trabajo en la docencia universitaria, en un contexto permeado por cambios. Teniendo en cuenta la revisión de literatura, se optó por enfatizar aspectos del contexto universitario público, ideas sobre el trabajo y posibles implicaciones para la comprensión del significado de la enseñanza y del docente como trabajador destacando aspectos relacionados con la identificación, sentidos y significados. Desde esta perspectiva, el significado del trabajo es visto como acción política cuya decisión involucra aspectos subjetivos y objetivos, individuales y colectivos, y es el resultado de relaciones deseadas, necesarias y posibles en el contexto vivido.

Palabras-clave: Trabajo. Sentido del trabajo. Docencia universitaria. Educación superior pública.

Submetido 04/06/2021

Aceito 20/09/2021

Publicado 16/10/2021

¹ Doutora em Educação. Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-9499-7272>. E-mail: ritasilvana@gmail.com.

² Mestranda em Educação. Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-5648-4978>. E-mail: gabrielarosa@unb.br.



Introdução

Nossa atuação no contexto do magistério superior público e as reflexões advindas de estudos envolvendo a formação e a atuação docente nos últimos anos tem nos provocado a pensar na relação entre docente da educação superior pública, história de vida e sentido do trabalho, assim como suas possíveis implicações na atuação da/do docente universitário. No presente ensaio optamos por enfatizar as reflexões relativas ao trabalhador docente no atual contexto de educação universitária pública à luz de uma revisão bibliográfica sobre a temática, elaborada a partir da investigação de mestrado da segunda autora³.

A flexibilização das leis trabalhistas, da extensão do tempo laboral via trabalho digital, online e intermitente, da competitividade que gera um anseio de superar o outro e a si mesmo, dentre outros marcos têm gerado importantes influências no contexto da docência na educação superior pública brasileira. Aspectos como autonomia, relação entre formação e multiplicidades de tarefas, normatização dos processos avaliativos e normalização da intensificação do trabalho docente vêm provocando consequências que repercutem diretamente no sentido atribuído ao trabalho e na história de vida das pessoas que atuam no magistério superior. Ainda, a processualidade presente no trabalho docente constrói pares que são ao mesmo tempo contraditórios e complementares, tais como alienação-emancipação, libertação-escravidão, prazer-sofrimento. Esses e outros estão na constituição do sentido que a/o docente atribui ao seu trabalho frente às relações possíveis do contexto universitário. O qual, por sua vez, é constituído por tensões entre manter e transformar as demandas mercadológicas da sociedade capitalista-colonizadora.

A partir das ideias de Seligmann-Silva (2011) reconhecemos que o trabalho docente universitário e o seu contexto atual podem gerar adoecimentos e sofrimentos, mas também processos de saúde e prazer. Ao discutir acerca do sentido atribuído ao trabalho docente universitário, consideramos necessário analisar as questões políticas, históricas, culturais e sociais, assim como apreender qual é o sentido (possível) que o sujeito tem para si e seu trabalho. Portanto, buscamos aqui refletir sobre o sentido do trabalho na docência universitária, diante de um contexto laboral permeado por mudanças. Para tanto, organizamos esse escrito em três seções: a primeira voltada à educação superior enquanto contexto de atuação docente;

³ Esse ensaio integra a pesquisa de mestrado que discute a relação entre trabalho, formação e saúde de docentes que atuam em uma universidade pública brasileira.

a segunda destinada à discussão da ideia de trabalho, evidenciando aspectos favoráveis à compreensão das peculiaridades do fazer docente; e, por fim discutimos a caracterização do trabalho docente universitário e as implicações destas para o sentido que esse profissional atribui ao seu labor.

O contexto universitário como ponto de partida do trabalho docente

A educação superior no Brasil é um potente espaço de formação e transformação social por possibilitar a socialização de conhecimentos historicamente construídos, bem como a produção, a disseminação e o avanço de novos conhecimentos. Dada a sua relevância enquanto locus de promoção da educação superior, as universidades gozam de um *status* social ao mesmo tempo em que são constantemente tencionadas pelo Estado e pela sociedade quanto aos resultados por elas gerados. As expectativas e cobranças em relação à universidade e, por conseqüente, à comunidade que a integra resultam do contexto histórico, político, econômico e cultural em que a instituição está inserida. Tomando como marco a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, aprovada em 1996, espera-se que a universidade, a partir do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão democrática⁴, promova o avanço da ciência, da cultura e da tecnologia, possibilitando uma melhor compreensão do ser humano, do seu contexto de vida e dos problemas atuais. Espera-se ainda a formação do espírito científico, do pensamento crítico-reflexivo, da criação cultural e da concretização e renovação do conhecimento.

Ciente do poder que o conhecimento científico tem para o desenvolvimento de uma nação, o Brasil estabeleceu a expansão da educação superior como uma das principais estratégias para “tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020” (BRASIL, 2010, p. 26). Para tanto, investiu, dentre outros, na expansão da rede federal de educação superior aumentando significativamente a quantidade de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* ofertado por universidades públicas, além da criação de novas instituições. Entre 2005 e 2017 foram criadas 18 Instituições Federais de Educação Superior – IFES, o equivalente a 40% no percentual de universidades federais, além de 408 novos campi, correspondente a um aumento de 176% em quinze anos (FONAPRACE, 2019). Atualmente existem 2.537 Instituições de Educação Superior – IES. A maioria é privada (88,2%) e predominantemente

⁴ A gestão democrática é exigida apenas às universidades públicas, principal contexto do presente ensaio.



faculdades (86,2%), de forma que as universidades públicas correspondem a 4,2% das IES brasileiras. Ainda assim, elas detêm cerca de 1.735.000 estudantes matriculados, o equivalente a 20,5% do total de estudantes (INEP, 2019).

Conforme dados do último Censo do INEP (2019), há 173.868 docentes em exercício na educação superior pública. A maioria é do sexo masculino (55%), branca (52,9%), com idade média de 38 anos, possui doutorado e atua em regime de dedicação exclusiva. Vale destacar que esse regime de atuação aumentou 76,2% nos últimos dez anos (INEP, 2019). A esses profissionais cabe a formação de graduandos e pós-graduandos, além da comunidade acadêmica que frequenta e participa dos serviços oferecidos pelas instituições.

Enquanto essa expansão nos últimos anos possibilitou a democratização da Educação Superior, a mesma ocorreu no contexto de transformações políticas e econômicas provocadas, dentre outros, pelo processo de globalização neoliberal e pela mercantilização da Educação Superior. De forma que, segundo Santos (2015) e Santos (2005), transformou a comunidade acadêmica em consumidores de conhecimentos voltados à aplicabilidade imediata ao mercado. Assim, considerando as ideias dispostas na LDB e por Castanho (2000) e Santos (2005), entendemos que a universidade precisa ser criativa, crítica e autocrítica para compreender os problemas atuais e respectivos fatores que os geram, propor soluções e contribuir para um projeto de país democrático e justo para todos. Para tanto, é necessário, dentre outros, um corpo docente crítico e capaz de atuar na formação de estudantes, na sua própria formação e na geração dos resultados esperados e necessários.

A tensão entre o propósito da universidade (de promover formação e transformação social) e o contexto de mercantilização da educação superior incide diretamente no perfil docente e no sentido atribuído por esse profissional ao seu trabalho. Neste contexto, Galindo et al. (2017) indicam que o desejo de atuar nesse nível educacional pelo *status* em relação à educação básica, as questões relativas a criatividade e a autonomia, o prazer de produzir conhecimento, o reconhecimento acadêmico-profissional e a construção da identidade profissional gerado por essa produção são os principais fatores que dão sentido a esse trabalho.

Tais sentidos positivos são tencionados por mudanças significativas no contexto universitário e que impactam sobremaneira a organização do trabalho, dentre elas: a intensificação do trabalho, a precarização, a lógica da competitividade e a perda de qualidade



frente ao produtivismo acadêmico (BRITO; CORTELA, 2020; SOUZA et al., 2017). Sendo aspectos que também permeiam a discussão acerca do sentido do trabalho docente.

Buscando considerar a relação entre sentido do trabalho para a vida do sujeito-docente e a missão de uma universidade frente a atual sociedade, é necessário se refletir sobre o rumo e a lógica de trabalho que a universidade pública tem adotado. De forma a melhor compreender as (im)possibilidades de atuação do docente, os sentidos que são por eles gerados e como existir/resistir frente os desafios do trabalhar, as pressões e os riscos impostos pela lógica de resultados (Facas, 2013).

Segundo Silva e Ruza (2018), o espaço universitário se faz um contexto laboral em que as políticas públicas e as práticas educacionais estão cada vez mais perpassadas pelo modelo gerencialista, o que marca de contradições os espaços sociais e as interações laborais. Essas contradições dizem respeito a se ter autonomia ou heteronomia, em aderir ou resistir, em alienar-se ou estranhar, ou vivenciar sofrimento ou prazer no trabalho.

Diversas pesquisas atuais alertam para essa sobrecarga e intensificação do trabalho, os quais geram processos de sofrimento, perda da identidade e adoecimento físico e mental (CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020; Coutinho; Magro; Budde, 2011; FREITAS; NAVARRO, 2018; SILVA; RUZA, 2018; Souza et al., 2017; Vosgerau; Orlando; Meyer, 2017). Esse local, agora tido como espaço de competição, em meio a processos de intensificação expropria o trabalho do trabalhador (SILVA; RUZA, 2018). A docência acaba resumida a um trabalho quantitativo, que se perde em sua essência, incorrendo no sentido negativo de trabalho para o sujeito.

Não se pode esquecer que a/o docente da educação superior pública exerce as suas atribuições em um contexto com características específicas que é a universidade, onde seu trabalho é caracterizado não somente por atividades de ensino, mas também de extensão, pesquisa e gestão que demandam maior dedicação de tempo, nem sempre fácil de ser delimitado e mensurado. A extensão do período laboral, intensificada pelas tecnologias digitais, confundiu a relação entre tempo de trabalho remunerado, não remunerado e tempo livre, tornando difusas questões que antes eram mais nítidas como, por exemplo, tempo de deslocamento, intervalos de almoço, pausas e etc. (FREITAS; NAVARRO, 2018). Muito diálogo ainda precisa ocorrer para minimizar os riscos do uso das tecnologias digitais, porém este problema não se resume a si mesmo, mas a forma como tais tecnologias têm sido usadas, contribuindo com a



intensificação do trabalho e exigindo uma dedicação não quantificável que invade a vida pessoal e caracteriza a sua precariedade.

No que concerne à invasão do trabalho na vida pessoal, entende-se que não se trata de transcender espaços físicos, como a velha ideia de levar trabalho para casa, mas sim atingir a dimensão subjetiva que escapa a racionalidade e se reflete na emocionalidade do sujeito (HAN, 2018). O que se questiona aqui é a intensidade e as consequências que essas dinâmicas laborais assumem na vida dos sujeitos. Esse processo pode acabar por desestabilizar os alicerces da identidade, levando a processos de adoecimento e sofrimento patogênico (Dejours, 1999).

Na maioria das vezes, tais processos, de aceleração e de intensificação que afetam as emoções e os sentimentos relacionados ao trabalho, são inconscientes para os sujeitos. Estes geram novos desafios relacionados ao mundo do trabalho e repercutem silenciosamente naqueles que vivenciam tais mudanças de paradigmas. Em uma sociedade que pode ser definida como uma sociedade do desempenho, segundo Han (2017), cada vez mais surgem problemas que estão relacionados a questões de exaustão e de inclusão que aparecem sob a forma de consumo (consumo do trabalho, do tempo, das emoções). Para o autor, o sujeito do desempenho, em um processo de autoviolência, engendra-se em uma corrida para explorar a si, para superproduzir e para ser um superprofissional.

De acordo com Han (2018), atualmente cabe ao próprio sujeito o papel de avaliar e atribuir valor (de consumo, moral ou estético) ao seu trabalho, entretanto o sujeito não tem condições para isso. Segundo o autor, são consequências das chamadas coerções internas promovidas pelo desempenho e pela otimização, que são exploradas diante da suposta liberdade de que o sujeito dispõe. Han (2018) também ressalta que essa liberdade é sinônima de coerção e uma consequência do sistema neoliberal que torna o sujeito um empreendedor e autogestor de si. O docente, que muitas vezes não se dá conta desses processos, se submete a esse sistema, pois está inserido em uma lógica laboral que mais o impede do que o liberta, facilitando processos patogênicos (SILVA; RUZA, 2018).

Em uma análise da história do capitalismo e do momento atual, Han (2018) observa que diferentemente do capitalismo da acumulação, o capitalismo do consumo tem o “poder” de transformar a emoção das pessoas em capital. Com base nas ideias desse autor, a emocionalidade entra em jogo quando a racionalidade produtiva encontra limites. O regime neoliberal em que a universidade está vinculada na fase atual do capitalismo, encontra na



liberdade de cátedra da/do docente uma maneira de explorar a sua emoção, conduzindo a/o profissional a explorar a si mesmo. Isso permite a desconsideração dos processos de trabalho e implica na culpabilização do sujeito que não alcança o resultado esperado – muitas vezes humanamente impossível de ser alcançado -, enredando-o como um problema individual e de formação, ou falta dela, ou ainda da falta de vontade. Isso muitas vezes passa despercebido pelo próprio docente que acaba por normalizar (ou romantizar) questões como, por exemplo, a falta de tempo e o excesso de atividades, dando espaço para a alienação de si frente ao trabalho que realiza (FREITAS; NAVARRO, 2018).

Sznelwar, Uchida e Lancman (2016) afirmam que o sujeito participa ativamente da sua própria alienação. Seja por um processo de captura inconsciente, tomando para si os desejos e as imposições da organização de trabalho, reafirmando e aceitando como um onipotente que quer e que pode realizar o trabalho. Ou ironicamente, alguns docentes universitários que pesquisam a temática, mas inseridos nessa lógica, são ao mesmo tempo produto e reprodutores dela; perpetuando, adoecendo e se submetendo inânimes aos seus ditames.

Silva e Ruza (2018) apontam que esse é o sujeito da excelência, o docente universitário que persegue a carreira de sucesso, se submetendo às pressões e à sobrecarga de trabalho. De acordo com os autores, esse tipo de vínculo entre sujeito e instituição atua como um obstáculo para a solidariedade e a colaboração, dentre outras questões. Para os autores, ao predominar o desejo de superar a si e ao outro no contexto universitário promove-se um cenário de falta de confiança, competição e individualização. O individualismo acarretado pela competição em um espaço marcado em seu âmago por relações interpessoais é um exemplo de como a docência tem sido lugar de produção de sofrimento individual.

Segundo Coutinho, Magro e Budde (2011), o cultivo dessas relações interpessoais de qualidade e positivas entre os sujeitos são essenciais e são também uma fonte de apoio e de reconhecimento, fatores tão importantes no enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos desafios inerentes ao contexto. De acordo com Bondia (2002), o fato de o sujeito ter se tornando um trabalhador onipotente, o superprofissional, que realizará tudo aquilo que se propõe, e que não pode (ou não deseja) parar, acaba por impedir que algo lhe aconteça. Isto é, acaba não permitindo a vivência de experiências significativas que o retire da posição de sujeição implicando na produção dos sentidos significativos.

Não há reconhecimento frente a um trabalho que está desprovido de sentido. Silva e Ruza (2018) evidenciam a incongruência de uma lógica de trabalho que exige, mas que ao mesmo tempo impede a qualidade do trabalho. O trabalho docente não é reconhecido ou até mesmo o docente não se identifica com o reconhecimento que é dado ao seu trabalho, ocorrendo o chamado reconhecimento malversado e que nada mais é do que uma forma de manipulação da subjetividade, como explicam os autores. O trabalhador docente, no contexto universitário, não escapa aos paradoxos e aos impasses advindos do trabalhar, inerentes a qualidade do seu ofício.

Ideias sobre o trabalho: bússolas para compreensão da docência universitária

As concepções sobre o trabalho foram se transformando no decorrer da história e coexistem até hoje. Alguns estudos como o de Colomby, Oltramari e Rodrigues (2018), buscam sintetizar as diversas concepções por meio de categorias que auxiliam na compreensão sobre o trabalho. Conforme os autores, não é possível falar em trabalho sem considerar os aspectos biológicos, psíquicos, sociais e espirituais do ser humano, além da influência das organizações e das relações de poder. Para isso é imprescindível tomar como ponto de partida a subjetividade do trabalhador.

As perspectivas multifacetadas do trabalho possibilitam construir e compreender diferentes visões e sentidos, sem universalizar ou uniformizar. Parte-se da necessidade de pensar o trabalho como uma atividade que permite ao ser humano (sobre)viver, criar, se constituir como ser, na e a partir da relação com humanos e não-humanos, transformando e transformando-se coletivamente como sujeito político-social diante de contextos diversos.

O significado do que é trabalho resulta do contexto sociopolítico, histórico e cultural em que o termo é cunhado e interpretado. Nesse entendimento, é importante reconhecer a polissemia do termo, bem como as mudanças de sentido e significado a ele atribuídos ao longo da história da humanidade. Contudo, o nosso objetivo nessa seção não é trazer uma trajetória histórica do significado da palavra trabalho, mas refletir acerca da sua compreensão para melhor situar os aspectos que influenciam no sentido que a/o docente atribui ao seu trabalho.

O trabalho como sinônimo de transformação, apropriação e realizações tem diferentes significados conforme o tempo e o lugar. A exemplo, na América Latina, o trabalho necessariamente se intersecciona com raça-etnia e gênero. Este, como eixo constitutivo



moderno da estrutura social na região, apresenta condições que não necessariamente estão presente em outros cenários sociais mundiais. Para além da reprodução de teorias hegemônicas sobre o trabalho, o processo de colonialidade na região nos ajuda a pensar que há particularidades analíticas que variam conforme o contexto em foco.

O mundo do trabalho sofreu mudanças significativas (Antunes, 2018; CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020; GRAF; COUTINHO, 2011; SALES, 2013) tanto no que se refere ao modo de produção quanto à gestão de pessoas. Ocasionalmente pela reestruturação produtiva e pelas revoluções tecnológicas, essas mudanças geraram como consequência novas formas de as/os trabalhadoras/es se relacionarem com o seu trabalho e entre eles. É consenso entre as/os autoras/es supracitadas/os que a flexibilização das relações de trabalho, a sobrecarga e a precarização foram consequências negativas da reestruturação e influenciaram na identidade do/a trabalhador/a, no sentido que atribuem ao seu trabalho e na saúde profissional.

Segundo Duarte e Mendes (2015, p. 2), hoje, mais do que nunca, “não se trabalha somente para (sobre)viver, mas vive-se para trabalhar”, ressaltando assim a centralidade do trabalho na vida das pessoas. Para essas autoras, a concepção de trabalho (ocidental hegemônica) sofreu importantes mudanças ao longo do tempo, passando de uma atividade indesejada e indigna destinada a pessoas consideradas inferiores a um dever e uma necessidade humana. Mais adiante foi entendido como um direito social que buscava garantir a dignidade humana e hoje pode ser tido como atividade que possibilita a asserção da identidade de si e também um meio de inserção social.

O fato do trabalho ser tido como uma atividade indesejada pode ser percebida a partir da interpretação utilizada na língua portuguesa da etimologia da palavra *trabalho* que está associado ao termo latim *tripalium*.

Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. A *tripalium* se liga ao verbo latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar. (ALBORNOZ, 2012, p. 12)

Conforme Albornoz (2012), a relação da palavra *tripalium* como tortura prevaleceu a sua origem, como instrumento utilizado na agricultura, repercutindo para a concepção negativa



que está ligada ao termo trabalho. A autora nos provoca ainda a pensar em outra compreensão acerca do trabalho, a partir da distinção entre *labor*, *poiesis* e *práxis* apresentada por Hannah Arendt ao tratar dos diversos níveis de trabalho humano. O *labor* está relacionado à sobrevivência humana mediante a relação direta com a natureza e seus respectivos tempos/ritmos e condições. A *poiesis* é entendida como a fabricação, a obra criada e que não está condicionada diretamente aos acontecimentos da natureza, mas sim a um “esforço livre” que se sujeita a criatividade e produz artefatos, cuja utilização e durabilidade transcendem quem os produziu. A *práxis* ou atividade (action) está relacionada ao uso da palavra e do discurso, relacionando-se a aspectos sociais e políticos da vida humana.

A importância de reconhecer tais termos e diferenças se encontra em repensar a lógica que relaciona o trabalho somente com consumo, produção e/ou sobrevivência. Compreendendo como esses níveis são complementares e constitutivos ao trabalho humano ainda que um deles prevaleça em um dado momento ou profissão.

De acordo com Magalhães (2006), expandir a compreensão de trabalho é um esforço

em resgatar esta distinção (distinção que correspondia, na Antiguidade, à distinção entre o trabalho não produtivo da pessoa escravizada e a atividade produtiva do artesão) e em explicitar as implicações que decorrem de sua não distinção na era moderna (MAGALHÃES, 2006, p. 4).

No entendimento da autora, a tradução correta de *labor* seria *trabalho*, relacionando-o ao *animal laborans* e com a busca por sanar as necessidades vitais; enquanto que *work* está associado ao *homos faber*, ao fazer criativo, aquilo que está para além da necessidade, que implica o ser humano no mundo. Nessa perspectiva, a necessidade e a criação fazem parte da vida de todo e qualquer trabalhador independente da ocupação laboral que o mesmo exerça na sociedade.

A ideia do trabalho como um ofício que oscila entre gerar prazer e sofrimento humano, que caminhou de uma atividade malquista para uma forma de inclusão em um sistema político-social é predominante na perspectiva colonizadora-capitalista. Assim, nos conduz a discussão acerca do trabalho a partir das mazelas geradas pela divisão social de classes e pela exploração da população negra e indígena. No entanto, pouco aborda o legado que esses povos trazem acerca da compreensão de trabalho advindo de suas sociedades antes da colonização.



No Brasil, a lógica hegemônica de trabalho foi fundamentada pelo colonialismo, via escravidão negra e subjugação das mulheres e dos povos indígenas. Ratificando nossa compreensão de que as discussões sobre trabalho não podem se restringir a classe. A questão de raça/etnia e gênero atravessam as condições de trabalho e integram as relações socioeconômicas que naturalizam as hierarquias e inferiorizações na divisão social do trabalho. Assim como em outros países colonizados o racismo e o sexismo no Brasil se constituem um “poderoso inibidor de mobilidade social” (Conceição Neto, 2017). Portanto, repercute no perfil profissional das instituições, nas identidades e sentidos construídos no e a partir do trabalho. No caso do Brasil, as desigualdades de raça/etnia e sexo estão expressas, dentre outros, na discrepância de acesso ao mercado de trabalho e de remuneração entre população branca e negra e entre homens e mulheres. Nos dois casos, os que integram o primeiro grupo, homens brancos, estão em melhores condições (IPEA, 2017).

Essa realidade também está presente no contexto universitário público com o baixo quantitativo de docentes negros e do sexo feminino. Conforme último Censo da Educação Superior (INEP, 2019), a maioria docente é do sexo masculino e branca. Dentre 1/3 dos/das docentes que se autodeclararam, apenas 16,4 % são negros. Destaca-se ainda que as mulheres negras correspondem a apenas a 4% do corpo docente que atua em programas de pós-graduação no Brasil (Xavier, 2018).

O reconhecimento desses aspectos intrínsecos a atual sociedade brasileira tem o propósito de ajudar a compreender que o racismo e sexismo estruturais dificultam o acesso e a permanência de determinados grupos sociais no magistério superior influenciando na sua configuração e no sentido a ele atribuído. Além disso, indica que as consequências da precarização do trabalho docente atingem de modo desigual as pessoas conforme seus corpos políticos.

Além disso, na medida em que se reverbera o trabalho docente no racismo e sexismo epistêmico, o mesmo influencia o modo de pensar e agir de seus atores, silenciando outros modos de compreensão do trabalho, como os advindos de sociedades tradicionais africanas, cujo labor se constitui das relações comunitárias e de interdependência com a natureza (LEITE, 1997).

Compactuando com as ideias de Mbembe (2019), acreditamos que as transformações sociais requerem crítica não apenas às instituições, mas também ao conhecimento. Assim,



consideramos importante reconhecer o quão os estudos acerca do trabalho são historicamente pautados a partir da escravidão e da divisão de classes, carecendo de perspectivas outras que abordam o labor/trabalho como uma atividade humana, como uma manifestação de subjetividade e de interação com e na natureza, para além da lógica exploratória. De forma que libertar-se da prisão do sentido único de trabalho a partir do sistema capitalista é um dos caminhos para libertar-se do trabalho como mercadoria.

Estudos de Leite (1997) acerca de valores civilizatórios em sociedades negro-africanas nos ajudam a ampliar o entendimento sobre o trabalho e os modos de produção para além dos aspectos econômicos capitalistas. Conforme o autor, nas sociedades negro-africanas

“os processos de produção são baseados essencialmente na suficiência destinada ao atendimento comunitário de necessidade vitais e específicas, razão pela qual o uso alternativo dos bens de produção não constitui fator decisivo das relações econômicas.” (LEITE, 1997, p. 112)

Nessas sociedades, de base comunitária, o reconhecimento da terra como divindade cujo potencial de fertilidade é concebido como doação e não como um recurso a ser explorado e o entendimento de que a “força do trabalho faz parte da personalidade” e da constituição da pessoa são pressupostos que impedem a apropriação e exploração da força de trabalho e da natureza, bem como contribuem para construção de sentidos outros acerca do trabalho. Nogueira (2012) ao discutir acerca do viver a partir da afroperspectiva nos brinda com o provérbio Gikuyu, de origem keniana que diz *Kiunuhu gitruagwo* (a avareza não alimenta):

Não ser avarento é compreender que o resultado de um trabalho individual nunca é realmente obra de uma pessoa; mas, sempre contou com a participação direta e indireta de outras pessoas. Portanto, o valor das coisas precisa ser compartilhado para reconhecermos as diversas faces de nossa existência junto com os outros (NOGUEIRA, 2012, p.149).

Essa ideia reforça a importância de conhecer organizações sociais que têm por princípio a partilha, a ação cooperada, o cuidado mútuo e a constituição da pessoa como resultante das relações e dos processos de socialização, como expresso na ética ubuntu. O trabalho, assim como o corpo e a língua, na maioria das tradições africanas, são manifestações da subjetividade



do indivíduo as quais resultam das suas atividades que só são possíveis de serem constituídas na relação de interdependência com os seres humanos e não-humanos (Mbembe, 2011).

Retomar esse entendimento acerca do trabalho é fundamental para situar a construção identitária e do sentido do trabalho docente como resultante de uma subjetividade que só pode ser compreendida e constituída em comunidade, em coletividade. Sem perder essa ideia de coletividade, nos interessa nesse ensaio compartilhar reflexões que evidenciam a importância de pensar como uma pessoa, dentro das suas referências (gênero, raça-etnia, familiar, social, cultural, política, entre outras) e de acordo com a sua trajetória de vida, pode desenvolver uma subjetividade e uma identidade de si frente a uma rede de sentidos e de significados que atribui ao seu labor.

Essa questão é central para caracterizar as complexidades acerca do trabalho docente. Pois, além de revelar categorias sociais ausentes nas teorias clássicas de trabalho, demonstra a necessidade de considerar outros marcos teóricos, como os africanos e da diáspora, para pensar os significados, símbolos e sentidos atribuídos ao trabalho.

Docente universitário/a como trabalhador: identificação, sentidos e significados

Pensar o sujeito, docente universitário, como trabalhador envolve reconhecer a trama dos aspectos técnicos e subjetivos que o constituem enquanto um profissional que tem como principal foco a formação de outras pessoas, via atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. No Brasil não há um curso específico voltado à formação da/do docente universitário, sendo seu locus formativo os cursos de pós-graduação stricto sensu. Estes, por sua vez, têm por foco o preparo para pesquisa, ficando a cargo da/do interessado na carreira docente buscar outras formas de se preparar para atuar com atividades de ensino, extensão e gestão. Ainda assim, o ingresso no magistério superior público – ocorrido via concurso para quem comporá o quadro efetivo – traz exigências que conduzem as/os aspirantes ao cargo a buscar por experiências docentes nas atividades anteriormente citadas.

Em sua maioria, os concursos exigem além da prova escrita e defesa oral — para averiguar o domínio do conteúdo teórico-conceitual da área —, uma prova didática para analisar a capacidade de planejar e desenvolver uma aula. Acrescenta-se ainda a prova de título que inclui no barema de notas atividades ligadas a administração universitária, a produção técnica científica, ao ensino e à extensão desenvolvidas, prioritariamente, nos últimos 5 anos. Essa



realidade conduz o sujeito a constantes atualizações, antes e durante a atuação na universidade pública como docente. Um trabalho abstrato e concreto, individual e coletivo que requer investimento de tempo para o exercício de diferentes funções relacionadas não somente ao ensino, mas a extensão, a gestão e a pesquisa, concomitantemente. São, portanto, uma gama de conhecimentos que se atualizam com o tempo e a necessidade de interação com a comunidade acadêmica — servidores técnico-administrativos, colegas de trabalho, chefias, estudantes — e o público externo atendido em atividades de extensão e pesquisa.

Partindo-se da premissa de que há uma complexidade inerente ao trabalho do docente universitário, essa categoria diferencia-se das outras, pois exige um posicionamento crítico, a disseminação e produção de novos conhecimentos e a formação de profissionais e de outros sujeitos que buscam a universidade. A/O docente universitária/o é entendida/o aqui como a pessoa que busca, por meio do seu trabalho (destacando o contexto e as relações daí produzidas), desenvolver um fazer que seja criativo, produtivo, e que gere sentido para si e para o outro, sendo reconhecido por ambos, o que conseqüentemente contribui para a asserção, não somente da sua identidade laboral docente, mas das suas identidades como sujeito. Pensando assim, o reconhecimento docente pela organização, pelo outro e por si mesmo tende a possibilitar uma relação saudável com a profissão e a produção de sentidos outros que não apenas aqueles provocados pelo contexto capitalista.

Baseadas nas ideias de Hall (2000) e Silva (2000), entendemos as identidades como dinâmicas, em constante mudança e transformação de acordo com o tempo-espaço e com as práticas discursivas e simbólicas que são ali produzidas frente as relações de poder. Nesses termos, a identidade docente pode ser entendida como um construto dinâmico e inacabado resultante de dimensões técnicas, políticas e pessoais que favorecem a pessoa se situar e agir na universidade, na sociedade e no mundo.

Haider (2019) explica que a identidade é um processo de individualização frente às relações sociais, mas que isso nada nos diz sobre essas relações se não forem lidas de acordo com o contexto histórico específico que permite compreender a complexidade em que foi forjado o processo de identificação. Assim é preciso atentar para as limitações das categorias identitárias, dentre elas a do magistério superior público. Nesse sentido, fala-se de identidades no plural, sendo que uma delas é a identidade produzida nas relações de e com o trabalho. O



trabalho analisado aqui não é qualquer trabalho, mas o trabalho do docente que atua no contexto universitário público, com todas as suas especificidades.

O trabalho docente enquanto atividade criativa e produtiva é influenciado pelas mudanças culturais e relações, advindas das transformações da sociedade. A/o docente a todo momento experiencia e muda em consequência da sua relação com esse mundo do trabalho. Frente ao real do trabalho, ele é chamado a renovar-se, inovar-se ou se reconstruir como trabalhador, e também como pessoa, diante da sua história de vida. Tais mudanças nem sempre são almejadas, mas podem ser necessárias a continuidade da sua manutenção como docente, frente às exigências da produtividade exigida no magistério superior público. Por desejo e/ou necessidade, as relações e tensões advindas dessa profissão, provocam a criatividade como uma expressão que rompe com o padrão anterior e possibilita a solução de impasses e de adversidades do contexto (CAMPOLINA; REIS, 2017). Nessa perspectiva, a criatividade se torna uma estratégia utilizada pelo/a trabalhador/a para reduzir o sofrimento e preservar a sua saúde mental (NUNES, 2001).

Ademais, para além do fazer algo novo, o trabalho criativo pode ser compreendido como um fazer que permite satisfazer as exigências das realidades vivenciadas, preenchendo desse modo o espaço que há entre o chamado trabalho prescrito e o real do trabalho. Segundo Facas (2009), a partir de uma visão da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992, 2004a, 2004b), compreende-se o prescrito do trabalho como aquilo que está planejado nas tarefas, estabelecido nas regras, nos estilos de gestão que são adotados, entre outras características de uma organização de trabalho; enquanto que o real do trabalho é entendido como aquilo tido como inesperado, o que não estava estabelecido ou que não foi previsto diante de uma tarefa ou processo/realidade de trabalho.

Trabalhar é uma ação transformadora do meio que possibilita ao sujeito criar e ser transformado interiormente por ela. Portanto, é um contínuo constituído por tempo, competências, investimentos físicos, afetivos e cognitivos, dentre outros tão, ou mais, relevantes. Nesses termos, trabalhar no magistério superior público, não se resume ao produto gerado, mas também ao processo transformador vivido pelo sujeito e por ele possibilitado, seja via ensino, pesquisa, extensão ou gestão.

Apreende-se disso que o trabalho que se realiza é uma constante produção que gera resultados, mas que não são somente econômicos ou quantitativos. Nessa perspectiva, produzir



no âmbito da docência, pode tornar-se uma resistência e (re)existência frente: (1) a sociedade e ao sujeito do desempenho (HAN, 2017); e, (2) à pressão político-social de mercantilização da universidade pública, muitas vezes colocada como uma organização focada na produtividade e na lógica do menor custo-benefício (BRITO; CORTELA, 2020). Entretanto, essa não é uma tarefa fácil e não depende apenas do esforço individual e da categoria docente, pois está diretamente relacionada às (im)possibilidades resultante das relações com o contexto.

Referente à ideia de reconhecimento, Brito e Cortela (2020) ressaltam que a/o docente universitário pode e deve ser reconhecido principalmente pelo seu importante papel na sociedade como um todo. Isso interessa, uma vez que se contrapõe a ideia de um reconhecimento feito unicamente quando o profissional apresenta um produto desenvolvido para consumo, o que dentro de uma lógica neoliberal, exclui aquele que não paga (consome) o serviço.

Em acordo com as autoras, as atividades realizadas pela docência universitária incluem a realização de inúmeras pesquisas e ações com e para a comunidade interna e externa à instituição. Tais atividades geram conhecimento, atendimento e formação profissional em diferentes áreas de conhecimento e em diversos setores da sociedade e muitas vezes não apresentam lucro imediato, sendo difíceis de demonstrar, no curto prazo, o impacto que têm para uma sociedade cada vez mais intrincada na lógica de mercado. Assim, cabe o alerta de Silva e Ruza (2018) sobre o reconhecimento malversado, isto é, diante dos paradoxos produzidos principalmente por exigências de produtividade, o sujeito crítico – característica que se realça no docente universitário, dada a essência da atividade laboral que executa – questiona o produto do seu trabalho e mesmo diante do reconhecimento estético do outro, não reconhece as suas potencialidades, o que gera sofrimento e uma rede de sentidos negativos. Isso tem se tornado cada vez mais comum no presente contexto, conforme os autores.

Apesar do magistério superior público considerar ensino, pesquisa, extensão e gestão como atividades necessárias a/ao docente, no atual contexto das políticas que regem a universidade pública, cada vez mais se enfatiza a produtividade científica como principal critério de avaliação e reconhecimento docente. Essa ênfase à pesquisa fomentada pelo aporte financeiro às instituições e as políticas de internacionalização da educação superior, gera uma significativa interferência na identidade docente e na maneira como ela/ele executa o seu trabalho (Vosgerau; Orlando; Meyer, 2017). Aqueles/as que priorizam outras atividades e/ou

apresentam importantes contribuições via ensino, extensão e gestão, muitas vezes não se vêem, ou não se reconhecem, como bons profissionais, questionando a si mesmos, às suas práticas e produzindo sentidos negativos sobre o seu trabalho.

Não obstante, para além das questões do produtivismo acadêmico, quando se pensa em um trabalho digno compreende-se como essencial a discussão de um trabalho docente que possa ter sentido (positivo) para o sujeito e gerar prazer, pois é por meio do sentido atribuído ao seu labor que o trabalhador constituirá identidade positiva. Aqui, considerando digno o trabalho que possibilita ao sujeito dar sentido a sua vida, em congruência com o que é e com suas potencialidades, e sobre o que pode ser considerado um bom trabalho.

Ainda, segundo Graf e Coutinho (2011), o sentido é um processo singular do sujeito, que se dá no desenrolar da sua trajetória profissional, diferindo do significado que é definido como o entendimento coletivo da atividade laboral. Como lembra Dejours, Abdoucheli e Jayet (2011) é no enfrentamento (lógica defensiva) ou na transformação (lógica criativa) do sofrimento laboral que aquilo que se faz no/pelo trabalho irá adquirir sentido. Sendo essas vivências que o sujeito-docente, o qual é sujeito do conhecimento e também da experiência (GABRIEL, 2018), produz saberes tanto coletivos quanto singulares, e atribui sentidos a eles. É por meio desse “saber da experiência” produzido na relação entre o saber e a sua experiência, como explicitado por Bondia (2002), que o sujeito, identificado como docente, dará sentido ao que lhe acontece no dia a dia do seu trabalho e responderá aos acontecimentos da vida. De forma que compreender o trabalho é fazê-lo frente a uma diversidade de sentidos e de significados que são atribuídos, não somente com o que ocorre no ambiente de trabalho, mas de acordo com a história de vida de cada trabalhador, de modo que não é possível generalizar tais sentidos e significados, ainda que estes últimos tenham uma dimensão coletiva (FREITAS; NAVARRO, 2018).

Considerações finais

O presente ensaio teve como propósito aguçar reflexões acerca da relação entre o sentido atribuído à docência universitária pública e o mundo do trabalho contemporâneo. As ideias emergiram da revisão bibliográfica sobre o tema e da nossa atuação em contexto da educação superior pública. A partir disso, enfatizamos nesse ensaio três aspectos: o contexto universitário público; as ideias acerca do trabalho e as suas possíveis implicações para a compreensão do



sentido da docência; e, o/a docente universitário/a como trabalhador/a, destacando aspectos referentes à identificação, sentidos e significados.

Tendo em conta o contexto universitário público, consideramos que a universidade, personificada nos seus docentes, não atinge a sua missão se nessa relação o próprio docente está vivenciando sofrimentos e perdas de sentido diante das suas vivências laborais. É necessário identificar e questionar as causas, os silêncios e as ausências que implicam em sobrecarga de trabalho e em adoecimento. Esses questionamentos e reflexões perpassam a lógica laboral e pessoal hegemônicas que há nos contextos universitários públicos e que se refletem no sentido atribuído ao trabalho.

Reconhecemos também que o sentido atribuído ao trabalho resulta das relações desejadas, necessárias e possíveis diante do contexto em que vivem as/os docentes. Compreendemos a atribuição de sentido como uma ação política, cuja decisão envolve aspectos subjetivos e objetivos, individuais e coletivos. Nessa perspectiva “o trabalho jamais é neutro para a vida das pessoas, seja como presença, seja como ausência” (Wandelli, 2012). Portanto, entendemos que acreditar nas possibilidades e impossibilidades do trabalho é dar sentido a ele, e conseqüentemente, construir identidades para si a partir disso.

Compreender o trabalho considerando as tramas envolvendo classe, gênero, raça-etnia, criação, sofrimento e prazer, situa a construção identitária e as possibilidades de sentido laboral. Enquanto elucidar essas relações envolve pensar o sentido do trabalho docente universitário como resultante de uma subjetividade que só pode ser compreendida e constituída em comunidade, em coletividade. Com isso, consideramos que o exposto até aqui nos impulsiona para a continuidade da investigação sobre a temática, provocadas pela indagação acerca de qual é o papel da universidade, enquanto um contexto laboral, e como esse espaço (im)possibilita a/ao docente (re)significar a sua atuação. Uma atuação que se confunde com a sua história de vida, produzindo sentidos e (re)construindo as suas identidades como ser humano que desempenha diversos papéis – homem, mulher, amigo, cidadão, filho, mãe, pai, chefe, dentre tantos outros — que suscitam dilemas e desafios.

Por fim, é preciso considerar a necessidade de propiciar nesses contextos espaços para expressões criativas e possibilidades salutares de enfrentamento dos desafios diários, que possam ir ao encontro da natureza de um trabalho docente fonte de prazer e de saúde, gerador de sentidos positivos e de uma identidade laboral e pessoal congruentes.



Referências

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 9. ed. São Paulo: Brasilense, 2012.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020**. Vol. 1. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>>. Acesso em: 05 ago 2021.

BRITO, T. T. R.; CORTELA, B. S. C. A condição da docência universitária no contexto atual das universidades: marcas históricas, realidade e perspectivas. **Revista de Iniciação à Docência**, v. 5, n. 1, p. 9-23, 2020.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

CAMPOLINA, L. O.; REIS, T. J. Práticas inovadoras no contexto educativo: a produção subjetiva de professores universitários. In: MORI, V. D.; CAMPOLINA, L. O. (Orgs.). **Diálogos com a teoria da subjetividade: reflexões e pesquisas**. Curitiba: CRV, 2017, p. 105-124.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-19, 2020.

CASTANHO, S. E. M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L. M. (Orgs.). **Pedagogia universitária: a aula em foco**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 13-48.

COLOMBY, R. K.; OLTRAMARI, A. P.; RODRIGUES, M. B. Integrating perspectives: proposal for the analysis of work as a multifaceted phenomenon. **Revista de Gestão**, v. 25, n. 1, p. 65-83, 2018.

CONCEIÇÃO NETO, M. De escravos a “serviçais”, de “serviçais” a “contratados”: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 33, p. 107-129, 2017.

COUTINHO, M. C.; MAGRO, M. L. P. D.; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004a.

DEJOURS, C. Adenddum. In: LANCMAN, S. & SZNELMAN, L. (Orgs.). **Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz / Brasília: Paralelo 15, 2004b.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, F. S.; MENDES, A. M. B. Da escravidão à servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 71-134, 2015.

FACAS, E. P. **Estratégias de mediação do sofrimento no trabalho automatizado: estudo exploratório com pilotos de trem de metrô do Distrito Federal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

FACAS, E. P. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho: contribuições da Psicodinâmica do Trabalho**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FONAPRACE — FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2020.

FREITAS, J. A. R.; NAVARRO, V. L. **Trabalho do(c)ente: intensificação e adoecimento na pós graduação**. 2018. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

GABRIEL, C. T. Objetivação e subjetivação nos currículos de licenciaturas: revisitando a categoria saber docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

GALINDO, M. C. T.; et al. Trabalho docente e seus sentidos no ensino superior: contribuições de uma revisão de literatura. **Revista CIENTEC**, v. 9, n. 1, p. 119-135, 2017.

GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Desvelando sentidos no trabalho de mulheres na produção avícola. **Aletheia**, n. 35-36, p. 95-108, 2011.

HAIDER, A. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAN, B. **Topologia da Violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 ago 2021.

LEITE, F. Valores civilizatórios em sociedades africanas. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, n. 18-19, p. 103-118, 1997.



- MBEMBE, A. Outras fitas: descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe. [2019]. **A Fita**. Entrevista concedida A Fita.
- MAGALHÃES, T. C. A atividade humana do trabalho [Labor] em Hannah Arendt. **Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 1, 2006.
- NOGUEIRA, R. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2012.
- NUNES, C. G. F. Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal? **Sociedade e Estado**, v.16, n. 1-2, p. 134-158, 2001.
- SALES, T. C. T. **Trabalho e identidade: trajetórias de modalidade ocupacional. Histórias de vida por um olhar da Sociologia Clínica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, R. S. S. **Olhares a respeito da educação ambiental no currículo de formação inicial de professores**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília.
- SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, E. P.; RUZA, F. M. A malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. **Revista Trabalho (En)Cena**, v. 3, n. 2, p. 3-16, 2018.
- SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. Os (des)encantos da vida executiva. In: MACÊDO, K. B. **Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Goiânia: PUC Goiás, p. 251-274, 2016.
- SOUZA, K. R.; et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3667-3676, 2017.
- VOSGERAU, D. S. R.; ORLANDO, E. A.; MEYER, P. Produtivismo acadêmico e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 231-247, 2017.
- WANDELLI, L. V. **O direito humano e fundamental ao trabalho**. São Paulo: Ltr, 2012.
- XAVIER, G. Por que só 0,4% das professoras doutoras na pós-graduação do Brasil são negras? **Nexo**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/Por-que-s%C3%B3-04-das-professoras-doutoras-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-do-Brasil-s%C3%A3o-negras>>. Acesso em: 05 ago 2021.